

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.704 - RS (2019/0362767-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : FRANCISCO FRANCIVAL ARRAES  
**ADVOGADOS** : VINICIUS DOS SANTOS MORAES - RS054176  
JOÃO ALBERTO DOS SANTOS MORAES E OUTRO(S) -  
RS080595  
**AGRAVADO** : BANCO ITAU CONSIGNADO S.A.  
**ADVOGADOS** : OSVALDO GUERRA ZOLET E OUTRO(S) - RS035609  
FABIANA DOS SANTOS BRANDÃO - RS052778  
ANGELA CIBELE CARVALHO DA ROSA STRELOW - RS069299

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. PEDIDO ADMINISTRATIVO E RECUSA DA SEGURADORA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FORMA CLARA E PRECISA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS EVENTUALMENTE VIOLADOS. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCOMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA Nº 284, DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

**DECISÃO**

FRANCISCO FRANCIVAL ARRAES (FRANCISCO) promoveu contra BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (BANCO) ação de exibição de documentos que foi julgada extinta sem julgamento do mérito na primeira instância, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (e-STJ, fls. 122/126).

Interposta apelação por FRANCISCO, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa:

*APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO EXIBITÓRIA. IMPROPRIEDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. DECISÃO EXTINTIVA MANTIDA. RESP REPETITIVO Nº 1.349.453/RS. Admite-se a ação de produção antecipada de provas nas hipóteses do artigo 381 do Código de Processo Civil. No caso, a demanda ajuizada pela autora possui caráter exhibitório, mostrando-se adequada a extinção do feito por ausência de interesse de agir. INTERESSE DE AGIR. O Superior Tribunal de Justiça, reformulando o posicionamento anterior, para os efeitos do art. 543-C, do CPC, definiu a seguinte tese: "a propositura da ação*

*cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segundas vias de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir eventual ação principal, bastando a demonstração de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária." (Recurso Especial Repetitivo nº 1.349.453/MS. Na hipótese dos autos, sendo o requerimento administrativo ineficaz resulta ausente requisito caracterizador do interesse de agir. Sentença de extinção mantida.*

*APELAÇÃO DESPROVIDA (e-STJ, fl. 149).*

Inconformado, FRANCISCO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal alegando, em síntese, que a recusa da seguradora foi devidamente comprovada, caracterizando-se a pretensão resistida, não havendo que se falar em falta de interesse de agir.

Suscitou dissídio jurisprudencial.

Em juízo de admissibilidade, a 3ª vice-presidente do TJMG inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se nas razões do especial, que o recorrente não indicou de forma clara e precisa quais artigos da legislação federal teriam sido efetivamente violados. Não basta a simples menção a dispositivos legais, pois o recurso especial é de fundamentação vinculada. Assim, incidente à hipótese, o teor da Súmula nº 284, do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejamos os precedentes:

*RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ARTIGOS DE LEI MENCIONADOS DE PASSAGEM NA PETIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.*

*1. Impossível o conhecimento do recurso pela alínea "a". Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo*

*ou invocados como núcleo do recurso especial interposto. Incide na espécie, por analogia, o enunciado n. 284, da Súmula do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".*

*Precedente: REsp. n. 1.116.473 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 02.02.2012.*

*2. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no REsp 1615830/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. em 5/6/2018, DJe 11/6/2018)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. 3. DOENÇA PREEXISTENTE. CLÁUSULA DE CARÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONSIGNOU PELA AUSÊNCIA DE PROVAS CONCRETAS DO CONHECIMENTO PRÉVIO DA MOLÉSTIA PELA SEGURADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DO DISPOSITIVO QUE TERIA SIDO VULNERADO PELO ACÓRDÃO ESTADUAL. SÚMULA 284 DO STF. 5. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. [...]*

*2. [...]*

*3.1. [...]*

*4. Quanto ao pedido de redução dos honorários sucumbenciais, a falta de indicação do dispositivo legal que teria sido eventualmente violado faz incidir à hipótese o teor da Súmula n. 284 do STF, por analogia. (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).*

*5. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1224597/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 10/4/2018, DJe 18/4/2018)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DO NUNER DA 2ª SEÇÃO QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.*

*INSURGÊNCIA DO AUTOR.*

*1. A alegação genérica de inconformismo com o acórdão recorrido, sem a indicação dos dispositivos de lei violados e a demonstração, de forma clara e precisa, de que modo o aresto os teria contrariado, atrai, por simetria, a Súmula 284 do STF.*

2. A Segunda Seção do STJ, em sede de recurso representativo da controvérsia, firmou o entendimento de que: a) "é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada"; e b) "a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe de 24/09/2012). A conformidade do acórdão proferido pelo Tribunal de origem com o entendimento pacificado do STJ, em sede de recurso representativo da controvérsia, inviabiliza o acolhimento do apelo nobre por esta Corte Superior de Justiça.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 851.624/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 21/6/2018, DJe 28/6/2018 - sem destaque no original)

Mesmo que assim não fosse, o TJRS, após análise dos autos, concluiu que não foram comprovados o pedido administrativo, bem como a recusa da SEGURADORA LÍDER, não havendo que se falar em pretensão resistida. Confira-se o aresto recorrido:

*No presente caso, o autor/apelante não juntou aos autos documento hábil a comprovar o prévio requerimento administrativo, não atendido em prazo razoável.*

*É que a ré/apelada disponibiliza ferramenta adequada para a solicitação de cópia de processos administrativos em seu site na internet, por meio de formulário, que exige a exata identificação da vítima, número e data do sinistro.*

*Portanto, incumbia à parte autora/apelante, na espécie, demonstrar que não conseguiu acesso ao processo administrativo, mediante consulta à internet, o que não ocorreu.*

*Logo, em face da não comprovação do prévio requerimento administrativo do documento pleiteado nessa ação, pelo canal de comunicação adequado, consoante viemos expor, resta evidente a falta de interesse de agir da parte autora.*

*(...).*

*Não bastasse tudo isso, não foi demonstrada a recusa administrativa e a resistência pela parte ré em fornecer o processo administrativo requerido pela parte autora, uma vez que a notificação requerida por terceiro não é documento capaz de comprovar o prévio pedido administrativo, razão pela qual falta interesse de agir ao autor/apelante (e-STJ, fls. 207/210).*

# Superior Tribunal de Justiça

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o TJRS, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula nº 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO. PEDIDO ADMINISTRATIVO. NÃO COMPROVAÇÃO. PRETENSÃO RESISTIDA. INEXISTÊNCIA. SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS.*

*RESPONSABILIDADE DO AUTOR. SÚMULA Nº 568/STJ.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito, a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base no princípio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes.*

*3. Na presente hipótese, não está comprovado nos autos que foi realizado o pedido administrativo e que houve recusa injustificada da seguradora em exibir os documentos pleiteados, impondo-se à parte autora os ônus de sucumbência. Incidência das Súmulas nºs 7 e 568/STJ.*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1441082/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 26/08/2019, DJe 30/08/2019)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator